

Frente cobra Congresso por não combater corrupção

Em seminário que reuniu políticos e jornalistas em Brasília, papel da imprensa na defesa da lei também é destacado

20 de março de 2014 | 2h 07

Erich Decat / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A Frente Parlamentar contra a Corrupção acusou ontem o Congresso Nacional de não ter interesse em fazer avançar propostas de combater a corrupção no País. "Há 358 projetos tramitando e quase 50 prontos para o plenário e nenhum avança", afirmou o presidente da comissão, deputado Francisco Praciano (PT_AM), durante o Seminário Internacional de Combate à Corrupção. Segundo o petista, "alguns (dos projetos) estão prontos para o plenário há 10 anos. Temos projetos com condições de indicar o relator há 12 anos", completou.

O encontro, de que participaram também jornalistas e representantes de organizações não governamentais, foi promovido na Câmara dos Deputados pela seção brasileira da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (Gopac).

Segundo Praciano, o único momento em que os congressistas demonstraram alguma iniciativa para discutir a corrupção foi depois das manifestações de rua de junho do ano passado. No entanto, afirmou, passados os protestos os projetos "voltaram a dormir nas gavetas do Congresso". Igual levantamento foi feito por outro integrante da frente, o deputado Mendes Thame (PSDB-SP).

Representantes dos principais veículos de imprensa também abordaram o tema - o diretor de conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour, o editor de Política do Correio Braziliense, Leonardo Cavalcanti, a colunista Eliane Cantanhede, da Folha de S.Paulo, e o jornalista Rodrigo Rangel, da revista Veja.

"Todos sabemos que o papel do jornalismo é perguntar o que não quer ser respondido. É tentar mostrar o que não quer ser exibido. É tentar revelar o que está oculto. O papel do jornalismo majoritariamente é incomodar e é assim que se fiscalizam os poderes, os negócios públicos e também os privados", disse Gandour.

'Zelo'. Ele defendeu, no entanto, que deve haver "zelo" tanto da parte da imprensa quanto daqueles que são alvos de questionamentos. "Do lado da imprensa, é nossa obrigação dar o tempo necessário à fonte para que providencie as explicações necessárias. É preciso perguntar com clareza, estruturar a pauta para que a fonte tenha clareza do que está sendo pesquisado". E completou lembrando que é tarefa dos agentes públicos "estruturar-se para prestar informações".

Representante da Gopac - que promoveu o evento -, o mexicano Jorge Zemen Infante definiu a corrupção como "uma violação permanente dos direitos fundamentais".

Há debates, afirmou Zemen Infante, "que nos levam a considerar a grande corrupção como uma violação de direitos humanos". Com dez anos à frente da entidade, ele afirma que uma das medidas de avanço no combate à corrupção foi a criação de leis e o fortalecimento das instituições para executá-las.

A jornalista Eliane Cantanhede destacou exemplos da atuação "indutora de mudanças" por parte da imprensa em coberturas - como no caso das Diretas-Já, da campanha pelo impeachment do ex-presidente Fernando Collor, do mensalão, e da suspeita de compra de votos para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998. Leonardo Cavalcanti lembrou a sequência de matérias sobre o pagamento do 14º e 15º salários aos congressistas que culminaram no fim da regalia.

Em sua intervenção, Rodrigo Rangel lembrou que a imprensa "tem tido um papel fundamental no combate à corrupção, especialmente naquilo que é um papel primordial do jornalismo - que é jogar luz no que não se quer mostrar, mas que o cidadão tem o direito de saber".